



EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 017/2020
PROCESSO Nº. 239/2020

O Prefeito Municipal de Santo Antônio da Patrulha - RS, Sr. Daiçom Maciel Da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará o processo de licitação nº. 239/2020, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº. 017/2020**, do tipo menor preço, em conformidade com a Lei Federal Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como com a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, cujo Envelope nº. 01 contendo a Habilitação e nº. 02 contendo a Proposta de Preços deverão ser entregues na data, local e horário, aqui determinados, mediante as seguintes condições:

DATA DE ABERTURA: 22/10/2020.

HORÁRIO: 09 HORAS, onde deverá ocorrer a entrega dos envelopes nº. 01 – HABILITAÇÃO e nº. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS, à Comissão Permanente de Licitações.

LOCAL: Sala de Reuniões desta Prefeitura Municipal, sito na Av. Borges de Medeiros, nº.456, bairro Cidade Alta, em Santo Antônio da Patrulha/RS, CEP: 95.500-000.

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal da Administração e Finanças - SEMAF

CONSTITUEM ANEXOS DESTE EDITAL: Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Plantas e Minuta de Contrato.

1 DO OBJETO

O objeto desta licitação consiste na contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de materiais para a reforma elétrica e cobertura do prédio onde se situa o Gabinete do Vice-Prefeito, Departamento de Compras e demais secretarias/setores, conforme projeto em anexo, sendo este, parte integrante do presente edital licitatório.

OBSERVAÇÕES DO OBJETO

- a) A respectiva obra será executada de forma indireta, no regime de empreitada por preço global.
- b) A execução dos serviços obedecerá aos projetos. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida nos projetos ou nas especificações, visando melhorias, só será admitida com autorização da fiscalização por escrito e em duas vias;
- c) Poderá a fiscalização paralisar os serviços ou mesmo mandar refazê-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.
- d) A empresa contratada deverá fornecer todos os equipamentos e mão de obra necessária para a realização dos serviços, inclusive veículo para transporte de entulhos e demais ferramentas necessárias à execução dos serviços.

2 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

Poderão participar da presente licitação, empresas do ramo pertinente ao objeto desta, **que se cadastrem no Município, até o dia 19/10/2020**, devendo, para tanto, apresentar em original ou por



processo de cópia xerográfica devidamente autenticadas em cartório competente, ou por servidor desta Municipalidade, ou ainda publicação em Órgão Oficial, os documentos a seguir discriminados:

Observação: Os documentos descritos nos itens “2.1 ao 2.5” serão necessários para a elaboração do Certificado de Registro Cadastral – CRC.

2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

2.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL (acompanhado da última alteração, se houver)**, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades de ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

2.1.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.2 REGULARIDADE FISCAL

2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF), instituído pela Instrução Normativa nº. 054 de 22 de junho de 1998;

2.2.2 **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

2.2.3 **Certidão Negativa da RF e da PGFN e as contribuições sociais** previstas nas alíneas “a” a “d”, do § único, do Artigo 11, da Lei 8.212/91;

2.2.4 Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**;

2.2.5 Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, sendo do domicílio ou sede do licitante;

2.2.6 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

2.3.1 **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** do último exercício social, devidamente **autenticado na Junta Comercial**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03(três) meses da data de apresentação da documentação para cadastro. As demonstrações contábeis exigidas devem estar de acordo com o que rege a Lei 6.404/76, atualizada pela Lei Federal 9.457/97, em seu art.176.

OBS.: Na análise dos Balanços, para comprovação da boa situação financeira e econômica das empresas serão utilizados os seguintes índices:

INDICADORES	FÓRMULA	ÍNDICES MÍNIMOS
Liquidez Corrente (LC)	$LC = (AC/PC)$	LC = 1
Liquidez Geral (LG)	$LG = (AC+RLP)/(PC+ELP)$	LG = 1
Solvência Geral (SG)	$SG = AR/(PC+ELP)$	SG = 1,2
Endividamento Geral	$EG = (PC+ELP)/(ATIVO TOTAL)$	EG = MENOR QUE 1



LG - Mede a capacidade da empresa em liquidar suas dívidas a Longo Prazo.
SG - Mede a capacidade financeira da empresa a Longo Prazo para satisfazer as obrigações assumidas perante terceiros, exigíveis a qualquer prazo.
AC - Ativo Circulante.
PC - Passivo Circulante.
RLP - Realizável a Longo Prazo.
ELP - Exigível a Longo Prazo.
AR - Ativo Total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro (Ex. ativo diferido, despesas pagas antecipadamente).
EG = Endividamento Geral.

2.3.1.1 As empresas constituídas no exercício corrente poderão apresentar Balanço de Abertura.

2.3.1.2 À licitante que não apresentar os índices mínimos exigidos neste Certame, será permitida a substituição dos índices pelo capital social ou patrimônio líquido, com percentual de 10% (dez por cento) nos termos dos parágrafos 2º e 3º do Art. 31 da Lei 8.666/93, ou ainda apresentar garantia de até 1% (um por cento), numa das modalidades e critérios previstas no art. 56, § 1º, I, II e III da mesma Lei; percentuais esses calculados sobre o valor estimado da contratação.

2.3.2 **Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em prazo não superior a 60(sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

2.4.1 Prova de regularidade e registro da empresa na entidade profissional competente CREA e/ou CAU, devendo possuir responsável técnico, devidamente habilitado.

2.5 OUTROS DOCUMENTOS

2.5.1 **Declaração, assinada pelo representante legal da empresa**, devidamente identificado por carimbo ou datilografia do nome e qualificação, em papel timbrado (se houver) da empresa, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, de **que não foram declarados inidôneos para licitar ou contratar** com o Poder Público, nos termos do Art. 87, IV da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, com validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de emissão da mesma.

2.5.2 **DECLARAÇÃO, assinada pelo representante legal da empresa**, sob as penas da Lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art.7º. da Constituição Federal, com validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de emissão da mesma.

2.5.3 **Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.6 Os documentos retro citados deverão:

2.6.1 Estar em plena validade e atenderem a legislação pertinente a sua emissão.

2.6.2 Serem apresentados em uma via, original ou por processo de cópia xerográfica autenticadas em cartório competente, ou servidor desta Municipalidade, ou ainda, publicação em Órgão da Imprensa Oficial.



2.7 É de total interesse e responsabilidade da empresa proponente:

2.7.1 Entrar em contato com a Comissão de Cadastro das Licitações, para verificar se a sua documentação encaminhada via correio chegou corretamente, conforme exigido neste edital. A Comissão de Cadastro não se responsabilizará em avisar as empresas que por ventura enviarem documentos que estejam vencidos ou faltando.

2.7.2 Retirar o CRC junto ao Setor de Compras e Licitações.

3 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento da prestação dos serviços, objeto deste contrato, dar-se-á em moeda corrente vigente no País, da seguinte forma:

3.1.1 Efetivado por 4 (quatro) parcelas, correspondentes aos serviços estabelecidos para execução, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, que será efetuado em até 15(quinze) dias após o término de cada etapa.

3.2 O respectivo pagamento somente será liberado para quitação, 15 (quinze) dias após o término de cada etapa dos serviços, mediante autorização por escrito – LAUDO TÉCNICO – emitido pela **CONTRATANTE**, através do Engenheiro Paulo Eduardo Peirano Coutelle responsável por seu acompanhamento e fiscalização, obedecendo ao critério mensal de medição. A fatura deverá vir acompanhada da última CND da RF e Contribuições Sociais e prova de regularidade junto ao FGTS; bem como relatório SEFIP/GFIP do mês da cobrança e respectivo comprovante de quitação.

3.3 A fatura relativa aos serviços executados pela **CONTRATADA** deverá conter as quantidades e valores de todos os serviços executados, devendo constar, obrigatoriamente, no corpo das Notas Fiscais o seguinte: **TOMADA DE PREÇOS N.º. 017/2020**, e o n.º. do empenho prévio, emitido por esta Prefeitura, referente a esta obra, os dados bancários para depósito (pessoa jurídica), bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais no verso da Nota Fiscal.

3.4 O CNPJ da **CONTRATADA** constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

3.5 Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a **CONTRATANTE**, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

3.6 A **CONTRATANTE** não efetuará nenhum pagamento a **CONTRATADA**, caso este, em que a mesma tenha sido multada, antes de ter sido paga a multa.

3.7 A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a **CONTRATADA** comprove documentalmente, a regularidade fiscal por meio da CND da RF e Contribuições Sociais, FGTS e relatório SEFIP/GFIP do mês da cobrança e respectivo comprovante de quitação, relativos a todos os empregados vinculados aos serviços contratados. A fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte da **CONTRATADA** será realizada através de servidor designado no setor de Contabilidade.

3.8 O valor contratado será reajustado, após 01(um) ano da vigência, pelo índice acumulado da variação do IGP-M/FGV.

4 DO RECEBIMENTO DA OBRA, POR PARTE DA CONTRATANTE

4.1 Provisoriamente, pelo Engenheiro Paulo Eduardo Peirano Coutelle, responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado (Laudo Técnico de Vistoria), assinado pelas partes, dentro de 10 (dez) dias da comunicação por escrito da **CONTRATADA**.

4.2 Definitivamente, pelo Engenheiro Paulo Eduardo Peirano Coutelle, designado pela autoridade superior competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de



observação, que será de 30(trinta) dias, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

4.3 O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética-profissional, pela perfeita execução do contrato.

4.4 A CONTRATANTE, rejeitará no todo ou em parte, a obra ou serviço, que estiver em desacordo com o edital licitatório, seus anexos e respectivo contrato, ou que demonstre qualquer anormalidade (defeito e avarias) na sua execução.

4.5 A fiscalização da respectiva obra será pelo Engenheiro Paulo Eduardo Peirano Coutelle.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 No momento da assinatura do contrato a empresa deverá **apresentar a relação dos funcionários** envolvidos na execução da obra, com a indicação do supervisor responsável pelos funcionários, obrigando-se a mantê-la atualizada durante a vigência do contrato.

5.2 Dos termos do contrato a serem firmados:

5.2.1 O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de **120 (cento e vinte) dias** contados da data de recebimento da ordem de serviço por parte da empresa contratada, podendo ser prorrogado o prazo a critério da contratante, mais 40 dias corridos até seu recebimento definitivo.

5.2.2 A empresa deverá consignar garantia da construção de 05 (CINCO) anos, conforme previsto no art. 27 da Lei n.º.8.078 de 11/09/90 – Código do Consumidor combinado com o art. 618 da Lei 10.406 de 10/01/2002 – Código Civil.

5.2.3 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento com base nos artigos 77 a 80 da Lei n.º.8.666/93.

5.2.4 A LICITANTE VENCEDORA ao ser convocada para assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação.

5.2.5 No prazo de **05(cinco) dias após a assinatura do contrato deverá a contratada apresentar garantia, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1º, I, II e III, da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.**

5.3 DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.3.1 Substituir no prazo máximo de uma semana, pessoa sob a sua responsabilidade, que esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos.

5.3.2 Refazer quaisquer obras e serviços, ou, substituir materiais executados ou fornecidos com defeitos, avarias ou em desobediência às Normas Técnicas Vigentes, às suas expensas, desde que, atestado pela Fiscalização do Município, que registrará o fato no Diário de Obras, e determinará as providências cabíveis no caso.

5.3.3 Remover durante e após a conclusão dos trabalhos, entulhos, restos de materiais e lixos de qualquer natureza, provenientes da obra ou serviços, objeto da presente licitação.

5.3.4 Cumprir e fazer cumprir, todas as normas Federais, Estaduais e Municipais regulamentadoras, sobre medicina e segurança de trabalho de seus empregados, bem como, assumir todas as responsabilidades decorrentes da relação de trabalho, tais como, os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas.

5.3.5 Reservar em seu canteiro de obras, instalações para uso da fiscalização da CONTRATANTE, devendo estas instalações, ser submetidas à aprovação desta, se necessário assegurando à mesma o acompanhamento do responsável pela obra e o fornecimento de todas as informações requeridas, bem como, acesso seguro a todos os locais da obra.

5.3.6 Sinalizar e iluminar convenientemente, às suas expensas, os trechos de execução da obra ou serviço, objeto desta licitação, de acordo com as Especificações Técnicas e Normas Brasileiras, vigentes, bem como, as em vigor no Município.



5.3.7 Colocar, às suas expensas, nos lugares de execução das obras ou serviços, em locais visíveis, desde a instalação do canteiro, 02(duas) placas com dizeres e dimensões, de acordo com o modelo fornecido pelo Município, as quais, no término das obras passarão à propriedade deste Município e deverão ser recolhidas ao depósito da Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança.

5.3.8 Reservar em sua sede, local para o acompanhamento e fiscalização dos serviços pelos Engenheiros/Arquitetos indicados pela CONTRATANTE.

5.3.9 Tomar todas as providências relativas às máquinas, equipamentos e transportes necessários à execução da obra.

5.3.10 Efetuar o pagamento de todos os impostos, diretos e indiretos referentes à execução da obra.

5.3.11 Manter no Diário de Obras, registros de todas as ocorrências da obra, relativas a serviços, prazos, pessoal, maquinários, comunicações entre as partes e demais fatos que se fizerem necessários, atualizados dia a dia.

5.3.12 Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela CONTRATADA à CONTRATANTE, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio dos Engenheiros ou Arquitetas, fiscais indicados pelo Município.

5.3.13 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade, especialmente, aos referentes aos bens objetos desta licitação.

5.3.14 Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação.

5.3.15 Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização da CONTRATANTE.

5.3.16 Não transferir a terceiros no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, bem como, do contrato a ser firmado entre as partes.

5.3.17 Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual.

5.3.18 Manter no local da obra ou serviço, o responsável técnico, legalmente habilitado e de comprovada experiência na execução de obras ou serviços, similar ao do objeto da presente licitação.

5.3.19 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados, sem ônus a CONTRATANTE.

5.3.20 O representante da CONTRATANTE anotar em livro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados. As decisões ou providências que ultrapassem a sua competência serão solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

5.3.21 Registrar o serviço da empreitada no CREA, em observância ao disposto na Lei Nº. 6.496, de 07 de dezembro de 1977, da área a ser ampliada.

5.3.22 A contratante deverá colocar no local da obra, placas informativas, orientando a comunidade quanto à execução da mesma.

5.3.23 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.24 Aceitar nas mesmas condições contratuais supressões até 25% (vinte e cinco por cento), e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

5.4 DA RESCISÃO DO CONTRATO

Constituem motivo para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;



- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. [\(Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999\).](#)

5.4.1 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa conforme prevê art. 109 da Lei 8.666/93.

5.5 RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

5.5.1 Efetuar o pagamento conforme item 3 deste edital.

5.5.2 A fiscalização dos serviços contratados, para exigir o fiel cumprimento do objeto contratual.

5.5.3 A fiscalização do cumprimento da prestação dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas devidos aos seus empregados, dar-se-á através do Setor de Contabilidade.



6 PARA A HABILITAÇÃO

6.1 O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR NO ENVELOPE Nº. 01

6.1.1 **Certificado De Registro Cadastral - CRC**, emitido pelo Município de Santo Antônio da Patrulha - RS, em plena vigência, sendo que este deverá ser apresentado em original, ou por processo de cópia xerográfica, devidamente autenticado em cartório, ou por servidor desta Municipalidade.

6.1.2 **Comprovação de capacitação técnico-profissional** em nome do responsável técnico da empresa, registrado na entidade profissional competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, através de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes aos objetos ora licitados.

6.1.3 **Comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a empresa.** O responsável técnico deve ser do quadro permanente do licitante, devendo comprovar sua condição de sócio, empregado ou contratado, através de cópia autenticada do respectivo documento.

6.1.4 Os documentos solicitados no CRC – Certificado de Registro Cadastral, que por ventura estiverem com o prazo de vigência expirado.

6.2 DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

6.2.1 Todos os documentos constantes no envelope nº.01, deverão estar autenticados, exceto, os originais e os emitidos via internet, pois estes últimos possuem certificação digital.

6.2.2 Será admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

6.2.2.1 Considera-se compatível o objeto cuja complexidade tecnológica seja similar aos objetos licitados e sua execução guarde proporcionalidade entre as áreas executadas e os períodos utilizados para tanto.

6.3 DOS DEMAIS DOCUMENTOS

6.3.1 O representante da licitante deverá estar munido de documento de identidade e de uma **procuração e/ou carta de credenciamento, com firma reconhecida em cartório**, outorgando plenos poderes ao mesmo, para tomar qualquer decisão relativa a todas as fases do processo licitatório, inclusive, desistência de interposição de recursos. Se o participante for dirigente da empresa, deverá apresentar o comprovante de sua investidura. Cada licitante poderá ter somente 01 (um) representante para intervir, quando necessário, em qualquer fase do processo licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos por sua representada.

6.3.2 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens "12.1, 12.2 e 12.3", deste edital, **DEVERÁ apresentar no envelope nº.01/habilitação DOCUMENTO EMITIDO PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO, comprovando que a mesma se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda cooperativa; ou declaração assinada pelo responsável legal da empresa, de que a empresa licitante está enquadrada como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, ambas com prazo de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data designada para a apresentação do documento.**

6.3.2.1 A empresa que deixar de apresentar a comprovação acima, receberá o mesmo tratamento dispensado às demais empresas não beneficiadas pelo Estatuto da Microempresa, sendo entendida a sua omissão, como renúncia a qualquer privilégio.

6.3.3 Para os proponentes que concluírem o seu cadastro até o dia previsto no item "2" deste edital, será emitido o CRC – Certificado de Registro Cadastral. Porém, ressaltamos que, se algum documento constante do CRC vencer até a data de abertura da licitação, o proponente deverá, obrigatoriamente, providenciar um novo e revalidá-lo junto ao Setor de Compras desta Prefeitura, e/ou apresentar o novo documento em original ou cópia xerográfica (já devidamente autenticado em cartório competente ou por servidor desta Municipalidade) anexo ao CRC, no dia da abertura da licitação.



6.3.4 Caso, declarado inabilitado um ou mais licitantes, as Propostas de Preços (envelope nº. 02), serão guardadas em invólucros lacrados, a cargo e responsabilidade da Comissão Permanente de Licitações, designando-se nova etapa para abertura das mesmas, obedecido o prazo de recurso previsto no Art.109 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, a não ser, que haja desistência expressa por escrito em ata ou outro documento, ao referido recurso, pelos licitantes inabilitados.

7 PROPOSTAS DE PREÇOS – ENVELOPE Nº. 02

7.1 PRAZO DE VALIDADE

As propostas consignadas vincularão o proponente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento das mesmas.

7.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.2.1 O julgamento e classificação das propostas serão avaliados em função do PREÇO COTADO GLOBAL, classificando-se em primeiro lugar, a proposta formulada de acordo com as especificações descritas no edital licitatório e seus anexos, e que consignar o MENOR PREÇO. Ocorrendo empate, adotar-se-á o critério de sorteio, conforme Art. 45, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.2.2 Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como preços unitários e/ou global superestimados ou inexeqüíveis.

7.3 FORMA DE ELABORAÇÃO

7.3.1 As propostas deverão ser datilografadas ou impressas, em uma via, em idioma português, datadas e assinadas pelos representantes legais da licitante, rubricadas, isentas de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

7.3.2 Considerando tais, a proposta deve abranger preços com inclusão de impostos em valores unitários e totais, já incluídos os custos de frete ou deslocamento, considerando o local da obra previsto neste instrumento, com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, cotados em moeda corrente nacional.

7.3.3 Consignar os preços unitários e totais expressos em algarismos, e o TOTAL GERAL DA PROPOSTA, em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional.

7.3.4 As propostas deverão abranger as despesas com a prestação de serviços e o fornecimento de materiais, para a execução da respectiva obra, objeto deste certame e serem elaboradas apresentando as seguintes informações:

- 1) Valor total dos Materiais: R\$
- 2) Valor total da Mão de Obra R\$
- 3) Total Geral da Proposta: R\$ (por extenso)

7.3.4.1 Os licitantes deverão, obrigatoriamente, apresentar anexo a sua proposta a respectiva Planilha Orçamentária assinada pelo responsável técnico da empresa, contendo todas as discriminações necessárias para um bom entendimento e julgamento da presente licitação, portanto, deverão estar em conformidade com o solicitado neste edital e seus anexos, sob pena da proposta que divergir destas condições ou dificultar o seu julgamento, ser declarada “desclassificada” do certame.

8 DAS PENALIDADES

Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá decidir pela RESCISÃO CONTRATUAL, independentemente das seguintes penalidades:



- 8.1** Multa de 0,5% (meio por cento) do valor atualizado do contrato, por dia de atraso, na entrega do objeto, limitado esta a 05(cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual;
- 8.2** Multa de 8 % (oito por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 01 (um) ano.
- 8.3** Multa de 10 % (dez por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- 8.4** A Inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis, de acordo com Art. 87 da 8.666/93. Constitui também, motivos para a rescisão do contrato os arrolados no art. 78 da mesma Lei.
- 8.5** A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 8.6** Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multada antes de paga a multa.
- 8.7** Causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual, declaração de idoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, multa de 10% do valor atualizado do contrato e reparação do dano.
- 8.8** as penalidades da contratada serão registradas no cadastro dos fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações.
- 8.9** da aplicação das penas definidas nos itens 8.1, 8.2, 8.3, 8.4 e 8.7 do item oitavo, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis contados da intimação.
- 8.10** A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será exigida ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis.

9 FORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES, HABILITAÇÃO (01) E PROPOSTAS DE PREÇOS (02)

9.1 Os documentos para HABILITAÇÃO e a PROPOSTA DE PREÇOS exigidos no presente edital, deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitações no local, dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, em envelopes distintos, lacrados e numerados 01 e 02, contendo na parte externa os seguintes dizeres (exemplo):

9.1.1 ENVELOPE Nº. 01 - HABILITAÇÃO

Município de Santo Antônio da Patrulha – RS

Licitação Tomada de Preços Nº.017/2020

NOME COMPLETO DA EMPRESA LICITANTE

Fone/Fax/E-mail para contato

9.1.2 ENVELOPE Nº. 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

Município de Santo Antônio da Patrulha - RS

Licitação Tomada de Preços Nº.017/2020

NOME COMPLETO DA EMPRESA LICITANTE

Fone/Fax/E-mail para contato

9.2 O horário de abertura da licitação será seguido pelo relógio do Departamento de Compras desta Prefeitura e deverá ser cumprido pelos participantes, sob pena de decair o direito de participarem da licitação; não será admitida a participação de retardatários.

10 RECURSOS ADMINISTRATIVOS



10.1 Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do Art. 109 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO

SUB-FUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: 0118 - Qualificação da Gestão Administrativa e Tributária

PROJETO: 1057 - Ampliação e Melhorias das Instalações Administrativas

DESPESA: 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES (110)

RUBRICA: 44905199000000 - OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES

12 DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA

12.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.2 Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.

a) Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

12.3 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei



Complementar nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

e) O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Os proponentes para participarem deste certame, deverão estar de pleno acordo com as condições pré-estabelecidas neste edital.

13.2 Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos deste Edital, aquele que o tenha aceitado sem objeção ou venha apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (Art. 41, parágrafo 1º. e 2º. da Lei 8.666/93).

13.3 Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar ata e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora;

13.4 Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da Lei nº. 8.666/93).

13.5 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital;

13.6 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos;

13.7 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários;

13.8 A presente licitação será julgada em todas as suas fases, com observância na Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº.123/06 e nos casos omissos a legislação civil em vigor.

13.9 Se a empresa proponente necessitar de autenticações por parte de servidores desta Prefeitura Municipal (sem ônus) deverá encaminhar-se ao Depto. de Compras, em horário de expediente, até 01(uma) hora antes da abertura da licitação. Ultrapassado este prazo, não mais serão concedidas autenticações.

13.10 Os envelopes enviados via Correio ou Transportadora, deverão ser remetidos com antecedência e aos cuidados do “DEPARTAMENTO DE COMPRAS”, caso contrário, não nos responsabilizaremos por envelopes que não cheguem a tempo hábil, às mãos da Comissão Permanente de Licitações.

13.11 **Toda e qualquer retificação a este edital, bem como, os julgamentos em todas as fases desta licitação, quando um ou mais licitantes não estiverem presentes no ato, será a respectiva publicidade, efetuada no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, Imprensa Oficial deste Município, que pode ser consultado através do site: www.diariomunicipal.com.br/famurs.**

13.12 A autoridade superior competente, para aprovação do procedimento, poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.13 As empresas licitantes, que não atenderem, ou forem divergentes com as condições estabelecidas neste edital licitatório, na Fase de Habilitação, ou na Fase de Julgamento das Propostas de Preços,



poderão ser declaradas INABILITADAS e/ou DESCLASSIFICADAS, respectivamente, pela Comissão Permanente de Licitações.

13.14 Demais direitos e deveres, serão disciplinados no contrato a ser firmado entre as partes.

13.15 Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha - RS.

13.16 Este edital estará disponível no endereço eletrônico www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br. Quaisquer esclarecimentos, sobre esta licitação, serão prestados pelo departamento de compras e licitações desta prefeitura, em horário de expediente: de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h, no endereço indicado no preâmbulo deste edital, e/ou pelo fone (51)3662-8416.

Santo Antônio da Patrulha - RS, 05 de outubro de 2020.

Daiçom Maciel da Silva
Prefeito Municipal



MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: REFORMA COBERTURA PRÉDIO PÚBLICO

SETORES QUE ABRIGA: Departamento de Compras, Setor Informática, Secretaria de Agricultura, Telefonia, Gab. Vice Prefeito, refeitório, cozinha, arquivo morto municipal.

ENDEREÇO: Av. Borges de Medeiros, 456.

GENERALIDADES: Trata o presente memorial descritivo das obras de reforma do prédio acima citado, por se tratar de construção antiga com cobertura em telhas francesas e estrutura de madeira muito deteriorada por infiltrações d'água e ataque de cupins, oferecendo risco ao uso do imóvel. Da mesma forma que a cobertura, às instalações elétricas necessariamente tem de ser substituídas integralmente.

SERVIÇOS INICIAIS: Instalação de placa de obra, modelo projetado pela Administração Municipal, afixada em local visível, isolamento de todo espaço do canteiro de obras. Será mantido no canteiro de obra de forma permanente, o projeto, ARTs e diário de obra.

DEMOLIÇÕES: Serão demolidos, a cobertura em telhas francesas de barro, sua estrutura de madeira, composta de ripas, terças, caibros e tesouras, forro em PVC e cama de forro, calhas e tubos de queda, instalações elétricas, telefônicas e lógica.

ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO: Serão cortadas às alvenaria em tijolos maciços nas dimensões de 20x20x60cm com afastamento médio de 300cm e concretados elementos estruturais de engastamento-apoio da cinta (conforme planta) em concreto armado sobre todo perímetro externo do prédio, para apoio das estruturas metálicas(treliças) da cobertura. Sobre às platibandas será executada cinta com dimensões de 10x10cm para enrijecimento da alvenaria. Todos os concretos serão terço fck 18Mpa.

ESTRUTURA DO TELHADO: Será em estrutura metálica (treliças), com declividade 10 graus, em perfis "U" nas dimensões de planta, apoiadas e soldadas em chumbadores metálicos, ancorados na cinta de apoio sobre paredes.

O conjunto das estruturas será enrijecido com contraventamentos em barras de aço mecânico diâmetro 10mm, com extremidades roscáveis para ser tencionadas quando fixadas ao banzo superior das treliças.

O banzo inferior receberá peças em aço perfil "U" soldadas às treliças, com finalidade de estabilização do banzo inferior, impedido a flambagem de estrutura.

As terças metálicas em perfil "U" serão soldadas às treliças nas posições e medidas indicadas em planta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

A fixação das treliças metálicas à cinta de concreto sobre paredes de alvenaria se dará por meio de chumbadores compostos de chapa metálica retangular soldadas a vergalhões de aço em número de quatro conforme detalhado em planta.

TELHAS: A cobertura será em telhas termoacústicas trapezoidais galvanizadas, com filme na parte inferior, EPS-30mm, TP-40mm, chapa 0,5mm. As cumeeiras também em chapa galvanizada adequadas ao tipo de telha. Telhas e cumeeiras serão afixadas às terças por meio de parafusos conforme indicação dos fabricantes.

CALHAS E ALGEROSAS: As calhas serão em chapa galvanizada nº24, com inclinação mínima de 1% aos tubos de queda. Às emendas entre peças será feita com rebites e cola adequada a finalidade, não sendo permitido silicone. Algerosas também em chapa galvanizada nº24, serão embutidas em rasgos abertos nas alvenarias, fixadas com parafusos e posteriormente arrematadas com argamassa, sendo vedado o uso de fixação com silicone.

TUBOS DE QUEDA: Serão em PVC 100mm de primeira linha fixados externamente às alvenarias por meio de abraçadeiras para conduzir às águas das calhas.

FORRO: O forro será PVC 200mm na liso, fixado a cama de forro PVC ou perfil metálico por meio de parafusos autoportantes. A cama de forro será executada totalmente nivelada, com peças em afastamento indicado pelo fabricante do forro. Em todos compartimentos o acabamento será com roda forro PVC.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: Serão executadas por debaixo do forro, exceto quando alimentarem luminárias de teto, com tubulações, CDs, caixas de passagem, tomadas e interruptores sempre externos, respeitando prumo e nível nos locais indicados em planta.

Todos os eletrodutos serão do tipo condutele(distribuição), ou PVC preto rígido(ligações até os CDs), com abraçadeiras do padrão condutele (cinza) ou metálicas (eletrodutos pretos),

Todos os CDs terão obrigatoriamente aterramento próprios.

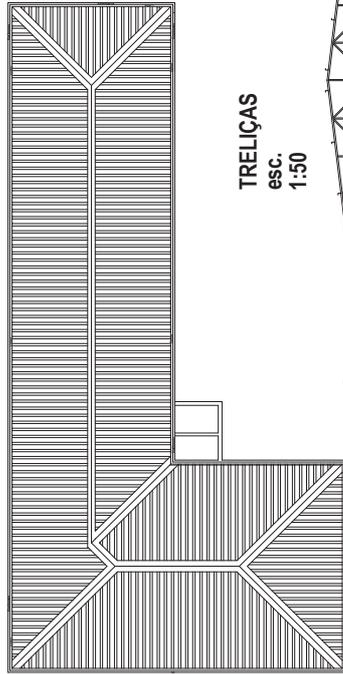
Todas às instalações serão com cabos flexíveis.

Não serão admitido emendas em cabos.

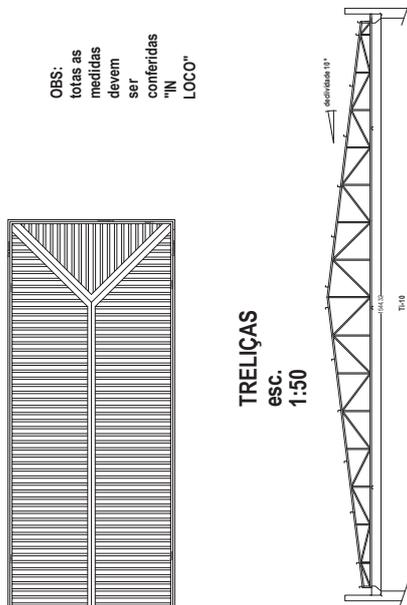
Todas às caixas de interruptores e tomadas deverão ser solidamente afixadas nas alvenarias.

SERVIÇOS FINAIS: Toda a obra deverá ser entregue limpa e isenta de entulhos.

Paulo Eduardo Peirano Coutelle
Eng. Civil CREA 37.508

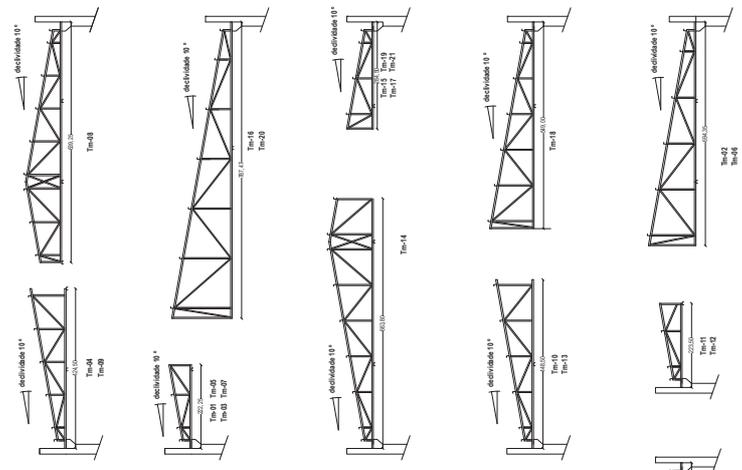


TELHADO
esc.
1:100



TRELIÇAS
esc.
1:50

OBS:
todas as
medidas
devem
ser
conferidas
"IN
LOCO"



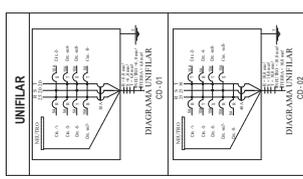
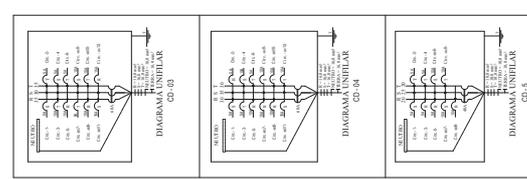
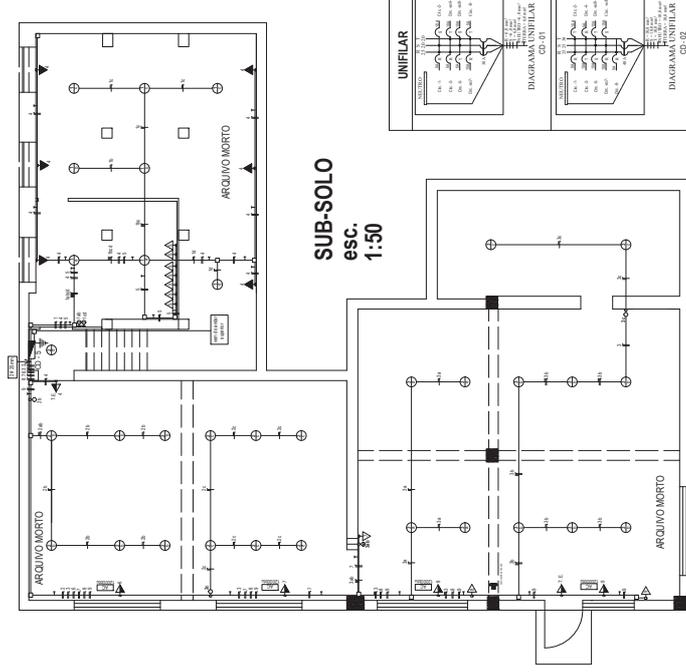
PROPOSTA Nº 19
de 2011
de 12/03/2011
PROPOSTA Nº 19
de 2011
de 12/03/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
LUAZIL, PIEDADA PREFEITURA, Campos, Agrolândia, Vão Perai, Ozama, Arguingo, etc.)
RUA: PIAZZA LUIZ DE ALBUQUERQUE, 100 - CENTRO - CEP: 55.000-000 - PIAZZA LUIZ DE ALBUQUERQUE, 100 - CENTRO - CEP: 55.000-000

PROPOSTA Nº 19 de 2011 de 12/03/2011

AV. BOSSER DE ABERDOR, 485 - Bairro Andaraes da Paraíba - PB

PROPOSTA Nº 19 de 2011 de 12/03/2011	ÁREA TOT: 600,00 m ²	PROPOSTA Nº 19 de 2011 de 12/03/2011
PROPOSTA Nº 19 de 2011 de 12/03/2011	DATA: 12/03/2011	EST-02
PROPOSTA Nº 19 de 2011 de 12/03/2011	ESTRUTURA: TELHADO	ESCALA: 1:100
PROPOSTA Nº 19 de 2011 de 12/03/2011	TRELIÇAS	



QUADROS DE CARGAS E CIRCUITO ALIMENTADOR

CD-01	CD-02	CD-03	CD-04	CD-05
DISJUNTOR	DISJUNTOR	DISJUNTOR	DISJUNTOR	DISJUNTOR
100A	100A	100A	100A	100A
1	1	1	1	1
2	2	2	2	2
3	3	3	3	3
4	4	4	4	4
5	5	5	5	5
6	6	6	6	6
7	7	7	7	7
8	8	8	8	8
9	9	9	9	9
10	10	10	10	10
11	11	11	11	11
12	12	12	12	12
13	13	13	13	13
14	14	14	14	14
15	15	15	15	15
16	16	16	16	16
17	17	17	17	17
18	18	18	18	18
19	19	19	19	19
20	20	20	20	20
21	21	21	21	21
22	22	22	22	22
23	23	23	23	23
24	24	24	24	24
25	25	25	25	25
26	26	26	26	26
27	27	27	27	27
28	28	28	28	28
29	29	29	29	29
30	30	30	30	30
31	31	31	31	31
32	32	32	32	32
33	33	33	33	33
34	34	34	34	34
35	35	35	35	35
36	36	36	36	36
37	37	37	37	37
38	38	38	38	38
39	39	39	39	39
40	40	40	40	40
41	41	41	41	41
42	42	42	42	42
43	43	43	43	43
44	44	44	44	44
45	45	45	45	45
46	46	46	46	46
47	47	47	47	47
48	48	48	48	48
49	49	49	49	49
50	50	50	50	50
51	51	51	51	51
52	52	52	52	52
53	53	53	53	53
54	54	54	54	54
55	55	55	55	55
56	56	56	56	56
57	57	57	57	57
58	58	58	58	58
59	59	59	59	59
60	60	60	60	60
61	61	61	61	61
62	62	62	62	62
63	63	63	63	63
64	64	64	64	64
65	65	65	65	65
66	66	66	66	66
67	67	67	67	67
68	68	68	68	68
69	69	69	69	69
70	70	70	70	70
71	71	71	71	71
72	72	72	72	72
73	73	73	73	73
74	74	74	74	74
75	75	75	75	75
76	76	76	76	76
77	77	77	77	77
78	78	78	78	78
79	79	79	79	79
80	80	80	80	80
81	81	81	81	81
82	82	82	82	82
83	83	83	83	83
84	84	84	84	84
85	85	85	85	85
86	86	86	86	86
87	87	87	87	87
88	88	88	88	88
89	89	89	89	89
90	90	90	90	90
91	91	91	91	91
92	92	92	92	92
93	93	93	93	93
94	94	94	94	94
95	95	95	95	95
96	96	96	96	96
97	97	97	97	97
98	98	98	98	98
99	99	99	99	99
100	100	100	100	100

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA
 LOCAL: PRÉDIO DA PREFEITURA, Companhia Agrícola, Via Prof. Ozaldu Argenteo, s/n.
 JARDIM: LINDOIA, 85.013.
 REPRESENTANTE: PAULO ROBERTO FERREIRA
 PROJETISTA: AV. BORGES DE MENEZES, 465 - Bairro Antares da Paraíba, BR
ELÉTRICO
 ÁREA: 600,00 m²
 DATA: Junho/19
 ESCALA: 1:50
PL-02

ORÇAMENTO / QUANTITATIVO COBERTURA - FORRO - PLUVIAL - PINTURA - PRÉDIO PREFEITURA MUNICIPAL

Local: Av. Borges de Medeiros, 456 - Prédio Antigo onde funciona Departamento de compras

ITEM	SERVIÇOS	quant.	unid.	unit mat.	unit M.O.	tot mat.	tot M.O.	Total	SUB-TOTAIS	ref./ SINAPI (S)
1	PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO									
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES								1.941,86	
1.1.1	Placa de obra	2,00	m ²	495,92	330,61	991,84	661,22	1.653,06		27081 (P)
1.1.2	Andaimes metálicos	16,00	m	10,83	7,22	173,28	115,52	288,80		97064 (S)
1.2	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA								20.241,30	
1.2.1	Engenheiro Pleno	0,50	mês	-	22.426,70	-	11.213,35	11.213,35		93567(S)
1.2.2	Encarregado	1,00	mês	-	9.027,95	-	9.027,95	9.027,95		93572(S)
2	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS								14.149,18	
2.1	Demolição de cobertura em telhas francesas	390,00	m ²	7,76	5,18	3.026,40	2.020,20	5.046,60		22185 (P)
2.2	Demolição de estrutura de madeira de cobertura de barro	390,00	m ²	10,25	6,84	3.997,50	2.667,60	6.665,10		22181 (P)
2.3	rasgo em alvenaria para ancoragem de viga	36,00	unid	10,88	7,26	391,68	261,36	653,04		161900 (P)
2.4	Transporte de entulho	28,00	m ³	38,24	25,49	1.070,72	713,72	1.784,44		31403 (P)
3	ESTRUTURAS EM CONCRETO								21.891,14	
3.1	Cinta em Concreto armado para apoio de treliças	5,50	m ³	2.027,60	1.351,74	11.151,80	7.434,57	18.586,37		51732 (P)
3.2	Cinta em Concreto armado acabamento platibanda	1,10	m ³	1.802,60	1.201,74	1.982,86	1.321,91	3.304,77		51732 (P)
4	ESTRUTURA METÁLICAS COBERTURA								55.998,50	
4.1	Treliças metálicas + chumbadores de apoio	3.370,00	kg	6,33	4,22	21.332,10	14.221,40	35.553,50		100775 (S)
4.2	Contraventamento # 10mm	65,00	kg	11,01	7,34	715,65	477,10	1.192,75		100768 (S)
4.3	Estabilizador do banzo inferior	455,00	kg	6,33	4,22	2.880,15	1.920,10	4.800,25		100775 (S)
4.4	Trama de aço para telhado de até 2 águas (terças)	400,00	m ²	21,68	14,45	8.672,00	5.780,00	14.452,00		92580 (S)
5	COBERTURA DE TELHAS E CUMEEIRAS								52.412,40	
5.1	Cobertura telha termoacústica trapezoidal galvanizada+filme, EPS-30mm, TP-40mm, chapa galvanizada 0,5mm	400,00	m ²	74,03	49,35	29.612,00	19.740,00	49.352,00		94216 (S)

5.2	Cumeeira metálica p/ telha trapezoidal	70,00	m	26,23	17,49	1.836,10	1.224,30	3.060,40	72435 (P)
6	FORRO E CAMA DE FORRO C/ RODAFORRO							26.297,70	
6.1	Forro PVC 200mm c/ cama forro PVC	390,00	m²	40,46	26,97	15.779,40	10.518,30	26.297,70	96486 (S)
7	INSTALAÇÕES PLUVIAIS							22.262,00	
7.1	Calha galvanizada chapa nº24	110,00	m	75,55	50,37	8.310,50	5.540,70	13.851,20	94229 (S)
7.2	Algerosa galvanizada chapa 24	110,00	m	27,90	18,60	3.069,00	2.046,00	5.115,00	165120 (P)
7.2	Tubos de queda pluvial	90,00	m	17,42	11,62	1.567,80	1.045,80	2.613,60	91790 (S)
7.4	Drenagem split, abertura/ fechamento canaletas, duto PVC 20mm	60,00	m	6,82	4,55	409,20	273,00	682,20	161205 (P)
8	REBOCOS E PINTURAS							42.323,80	
8.1	Reboco recuperação	30,00	m²	31,70	21,13	951,00	633,90	1.584,90	87775 (S)
8.2	Pintura estruturas metálicas (1dem fundo+2dem esmalte)	570,00	m²	13,37	8,92	7.620,90	5.084,40	12.705,30	100741 (S)
8.3	Preparação de parede p/ pintura	300,00	m²	9,36	6,24	2.808,00	1.872,00	4.680,00	88497 (S)
8.4	Pintura acrílica interna, duas demãos	900,00	m²	7,87	5,25	7.083,00	4.725,00	11.808,00	88489(S)
8.5	Pintura acrílica externa, duas demãos	880,00	m²	7,87	5,25	6.925,60	4.620,00	11.545,60	88489(S)
9	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							62.007,89	
9.1	Cabo isolado flexível 2,5 mm²	1.800,00	m	2,15	2,28	3.870,00	4.104,00	7.974,00	173072(S)
9.2	Cabo isolado flexível 4,0 mm²	200,00	m	3,30	3,46	660,00	692,00	1.352,00	173073(S)
9.3	Cabo isolado flexível 6,0 mm²	15,00	m	5,06	4,60	75,90	69,00	144,90	173074(S)
9.4	Cabo isolado flexível 10,0 mm²	50,00	m	6,35	6,90	317,50	345,00	662,50	173075(S)
9.5	Cabo isolado flexível 16,0 mm²	130,00	m	12,56	9,20	1.632,80	1.196,00	2.828,80	173076(S)
9.6	Cabo isolado flexível 25,0 mm²	210,00	m	20,25	11,53	4.252,50	2.421,30	6.673,80	173030(S)
9.7	Cabo isolado flexível 2,5 mm² verde	280,00	m	2,15	2,28	602,00	638,40	1.240,40	173072(S)
9.8	Eletroduto externo soldável 25mm - (3/4") - condutete	520,00	m	3,83	16,09	1.991,60	8.366,80	10.358,40	171060(S)
9.9	Eletroduto preto 38mm (1 1/4")	40,00	m	6,44	25,30	257,60	1.012,00	1.269,60	171070(S)
9.10	Curva 25mm	30,00	pç	0,96	7,50	28,80	225,00	253,80	171061(S)
9.11	Curva preta 38mm - PVC	4,00	pç	2,08	13,81	8,32	55,24	63,56	171071(S)
9.12	Abraçadeira 25mm	400,00	pç	0,70	11,49	280,00	4.596,00	4.876,00	171522(S)
9.13	Abraçadeira 38mm	15,00	pç	2,84	16,09	42,60	241,35	283,95	171781(S)
9.14	Tomada simples condutete 100w embutir 3 pontos	142,00	pç	22,19	23,01	3.150,98	3.267,42	6.418,40	172088(S)
9.15	Tomada uso específico condutete pípino grosso 3 pontos	26,00	pç	25,54	23,01	664,04	598,26	1.262,30	172092(S)
9.16	Interruptor 1 tecla condutete cinza	19,00	pç	17,24	23,01	327,56	437,19	764,75	172085(S)
9.17	Interruptor 2 teclas condutete cinza	10,00	pç	27,96	27,58	279,60	275,80	555,40	172086(S)
9.18	Arandela p/1 lampada E27	87,00	pç	22,05	27,51	1.918,35	2.393,37	4.311,72	174081(S)
9.19	Lâmpada LED - E27 - 15w	87,00	pç	7,25	6,25	630,75	543,75	1.174,50	174091(S)
9.20	Célula fotoelétrica individual	3,00	pç	32,96	69,00	98,88	207,00	305,88	178101(S)
9.21	Disjuntor monofásico 5A	20,00	pç	9,13	13,81	182,60	276,20	458,80	174010(S)
9.22	Disjuntor monofásico 10A	25,00	pç	9,13	13,81	228,25	345,25	573,50	174010(S)

9.23	Disjuntor monofásico 15A	4,00	pç	9,13	13,81	36,52	55,24	91,76	174011(S)
9.24	Disjuntor trifásico 30A	1,00	pç	66,00	36,79	66,00	36,79	102,79	174372(S)
9.25	Disjuntor trifásico 25A	1,00	pç	66,00	36,79	66,00	36,79	102,79	174371(S)
9.26	Caixa condutete 4x4"	117,00	pç	14,63	25,00	1.711,71	2.925,00	4.636,71	17082(S)
9.27	Cx 20X20 passagem sobrepor	10,00	pç	43,70	45,99	437,00	459,90	896,90	172010(S)
9.28	CD- 12 sobrepor + barramento trifásico	3,00	pç	293,75	55,19	881,25	165,57	1.046,82	172050(S)
9.29	CD- 20 sobrepor + barramento trifásico	2,00	pç	335,00	82,78	670,00	165,56	835,56	172060(S)
9.30	Haste terra cooperweld 19x2400mm c/conector	5,00	pç	43,34	54,18	216,70	270,90	487,60	171548(S)
10	LIMPEZA FINAL DA OBRA							780,00	
10.1	Limpeza final da obra	390,00	m²	1,20	0,80	468,00	312,00	780,00	99803(S)
TOTAL GERAL						168.412,29	151.893,48	320.305,77	320.305,77

BDI : 25%
 LEIS SOCIAIS: 176,82%
 TOTAL DOS SERVIÇOS : R\$320.305,77
 TOTAL MATERIAL : R\$168.412,29
 TOTAL MÃO DE OBRA: R\$151.893,48
 DATA : junho /2020

ORÇAMENTO / QUANTITATIVO COBERTURA - FORRO - PLUVIAL - PINTURA- PRÉDIO PREFEITURA MUNICIPAL

Local: Av. Borges de Medeiros, 456 - Prédio Antigo onde funciona Departamento de compras

	TOTAIS	1º mês		2º mês		3º mês		4º mês		
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
1.1 SERVIÇOS PRELIMINARES	1.941,86	0,61	1.941,86	100,00	-	-	-	-	-	
1.2 ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	20.241,30	6,32	5.060,33	25,00	5.060,33	25,00	5.060,33	25,00	25,00	
2 DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	14.149,18	4,42	14.149,18	100,00	-	-	-	-	-	
3 ESTRUTURAS EM CONCRETO	21.891,14	6,83	21.891,14	100,00	-	-	-	-	-	
4 ESTRUTURA METÁLICAS COBERTURA	55.998,50	17,48	-	-	55.998,50	100,00	-	-	-	
5 COBERTURA DE TELHAS E CUMEEIRAS	52.412,40	16,36	-	-	-	-	52.412,40	100,00	-	
6 FORRO E CAMA DE FORRO C/ RODAFORRO	26.297,70	8,21	-	-	-	-	26.297,70	100,00	-	
7 INSTALAÇÕES PLUVIAIS	22.262,00	6,95	-	-	22.262,00	100,00	-	-	-	
8 REBOCOS E PINTURAS	42.323,80	13,21	-	-	-	-	-	42.323,80	100,00	
9 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	62.007,89	19,36	-	-	-	-	18.602,37	30,00	70,00	
10 LIMPEZA FINAL DA OBRA	780,00	0,24	-	-	-	-	-	780,00	100,00	
TOTAIS	320.305,77	100,00	43.042,51	13,44	83.320,83	26,01	102.372,79	31,96	91.569,65	28,59

BDI : 25%

LEIS SOCIAIS: 176,82%

TOTAL DOS SERVIÇOS : R\$320.305,77

TOTAL MATERIAL : R\$168.412,29

TOTAL MÃO DE OBRA: R\$151.893,48

DATA : junho /2020

Planilha de Detalhamento do BDI

Nome da obra: COBERTURA - FORRO - PLUVIAL - PINTURA- PRÉDIO PREFEITURA MUNICIPAL
 Município da Obra: Av. Borges de Medeiros, 456 - Prédio Antigo onde funciona Departamento de Compras
 Tipo de Obra: Construção/Reforma de Edifícios
 Contribuição Previdenciária: Desonerado

Limites para parcela do BDI para o tipo de obra acima selecionada Acórdão TCU 2622/2013

CÁLCULO BDI -	Construção/Reforma de Edifícios	Percentual	Intervalo		
			Utilizado	mínimo	médio
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00	3,00	4,00	5,50
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	1,36	0,59	1,23	1,39
G	GARANTIA	0,85	0,80	0,80	1,00
R	RISCO	1,20	0,97	1,27	1,27
L	LUCRO	7,30	6,16	7,40	8,96
I	Tributos - (PIS-COFINS-ISS-DESONERAÇÃO)	7,65	Conforme Legislação Específica		
	BDI - Adotado	25,00			

TRIBUTOS	utilizados	Intervalo		
		mínimo	médio	máximo
PIS	0,65%	0,65	0,65	0,65
COFINS	3,00%	3,00	3,00	3,00
ISS	4,00%	2,00	2,00	5,00
DESONERAÇÃO	0,00%	2,00	2,00	2,00
TOTAL	7,65%			

Limites do valor de BDI para o tipo de obra selecionada acima Acórdão TCU 2622/2013		
Min.	Med.	Máx.
20,34	22,12	25,00

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO DE BDI

$$BDI = \left[\left(\frac{(1 + AC/100) \times (1 + DF/100) \times (1 + G/100) \times (1 + R/100) \times (1 + L/100)}{(1 - I/100)} \right) - 1 \right] \times 100$$

 Assinatura do Responsável Técnico pelo Orçamento
 Paulo Eduardo Peirano Coutelle
 Engenheiro Civil - CREA/RS - 37.508

TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS - VIGENTE DESDE OUTUBRO/2006:

INCIDÊNCIA DAS LEIS SOCIAIS NOS CUSTOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO
DO RS - OBRAS POR EMPREITADA

GRUPO A - ENCARGOS BÁSICOS PREVIDENCIÁRIOS

BÁSICOS	%
A 1 - INSS	20
A 2 - FGTS	8
A 3 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2,5
A 4 - SESI	1,8
A 5 - SENAI	1,3
A 6 - INCRA	0,2
A 7 - SEGURO-ACIDENTE	3
TOTAL GRUPO "A"	36,8

GRUPO B - ENCARGOS QUE RECEBEM A INCIDÊNCIA DE "A"

B 1 - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	18,07
B 2 - FERIADOS	4,18
B 3 - FÉRIAS	15,09
B 4 - AVISO-PRÉVIO TRABALHADO	1,64
B 5 - AUXÍLIO-ENFERMIDADE	2,67
B 6 - ACIDENTE TRABALHO/EMPREGADOR	1,41
B 7 - FALTAS JUSTIFICADAS	0,06
B 8 - 13º SALÁRIO	11,32
B 9 - LICENÇA-PATERNIDADE	0,11
B10 - ADICIONAL-NOTURNO	2,2
TOTAL GRUPO "B"	56,75

GRUPO C - ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM A INCIDÊNCIA DE "A"

C 1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO	28,87
C 2 - INDENIZAÇÃO - DESPEDIDA S/JUSTA CAUSA	5,01
C 3 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1,25
(art. 1º da Lei Complementar 110/01) *	
TOTAL GRUPO "C"	35,13

GRUPO D - INCIDÊNCIA DE ENCARGOS

D 1 - INCIDÊNCIA "A" SOBRE "B"	20,88
TOTAL GRUPO "D"	20,88
SUB-TOTAL A+B+C+D	149,56

GRUPO E - ENCARGOS INTER SINDICAIS E VALE-TRANSPORTE

E 1 - EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	6,27
E 2 - DEPRECIÇÃO DE FERRAMENTAS	1,25
E 3 - AUXILIO-EDUCAÇÃO	1,51
E 4 - VALE-TRANSPORTE	18,23
TOTAL GRUPO "E"	27,26

TOTAL GERAL A+B+C+D+E	176,82
------------------------------	---------------

OBSERVAÇÕES:

1 - FONTE DE DADOS: Pesquisa do DEE-SINDUSCON-RS, CÂMARA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO e auditado pelo IBGE/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

2 - O percentual de 177,61% é um valor médio utilizado no cálculo do CUB/m2/RS. Não inclui café da manhã, almoço, rancho, PIS e FINSOCIAL.

3 - * LEI COMPLEMENTAR 110 de 29/06/2001 Vigente desde 01/10/2001 e extinta a partir de 01/10/2006.

Tipo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO	Motivo: NORMAL

Contratado		
Carteira: RS037508	Profissional: PAULO EDUARDO PEIRANO COUTELLE	E-mail: pcoutelle@gmail.com
RNP: 2205775405	Título: Engenheiro Civil	
Empresa: NENHUMA EMPRESA		Nr.Reg.:

Contratante		
Nome: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	E-mail:	
Endereço: AVENIDA BORGES DE MEDEIROS 456	Telefone: 0	CPF/CNPJ: 88814199000132
Cidade: SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	Bairro.: CENTRO	CEP: 95500000 UF: RS

Identificação da Obra/Serviço		
Proprietário: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA		
Endereço da Obra/Serviço: AV BORGES DE MEDEIROS, 456 456		CPF/CNPJ: 88814199000132
Cidade: SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	Bairro: CENTRO	CEP: 95500000 UF: RS
Finalidade: PÚBLICO	Vlr Contrato(RS): 240.000,00	Honorários(RS):
Data Início: 16/06/2020	Prev.Fim: 31/12/2020	Ent.Classe: AEAP

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Projeto	Estruturas - Concreto Armado	390,00	M²
Projeto	Estruturas - Metálicas	390,00	M²
Projeto	Instalações - Hidrossanitária em Edificações	390,00	M²
Projeto	Edificações - Arquitetônico	390,00	M²
Orçamento	Edificações - Arquitetônico	390,00	M²
Fiscalização	Edificações - Arquitetônico	390,00	M²
Observações	PROJETOS ESTR.MET,COBERTURA MET.,FORRO,PLUVIAIS,PINTURAS		

Atenção:

- 1) Este documento é um rascunho da ART. Ele serve para o contratante aprovar as informações da ART com base no contrato.
- 2) Este rascunho não possui valor jurídico e não pode ser utilizado como ART.
- 3) A versão oficial desta ART estará disponível para impressão após a compensação bancária da taxa (dia útil após o seu pagamento).

Barrisul 041-8 04192.10067 50151.175002 72817.740797 5 83190000008878

Local de Pagamento	PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA			BDL	Vencimento	17/07/2020	
Beneficiário	CREA-RS Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS			CNPJ 92.695.790/0001-95	Agência/Cód.Beneficiário	0065-48/015117596	
Data do documento	Nr.Docto	Espécie DOC	Aceite	Data Processamento	Nosso Número	0072817788	
05/10/2020	10791844	DM	NÃO	17/06/2020 00:00	(=) Valor do Documento	88,78	
Uso Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(-) Desconto/Abatimento		
	01	RS			(-) Outras Deduções		
Instruções: (Todas as informações deste bloqueto são de exclusiva responsabilidade do beneficiário)						(+) Mora/Multa	
NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO.						(+) Outros Acréscimos	
Este documento só terá validade após seu pagamento.						(=) Valor Cobrado	
Agendamento só terá validade após sua compensação bancária.							
Pagador: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA			CNPJ: 88814199000132				
AV BORGES DE MEDEIROS, 456			SANTO ANTONIO DA PATRULHA - RS			95500000	



Autenticação mecânica
FICHA DE COMPENSAÇÃO



Tipo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO	Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RS037508	Profissional: PAULO EDUARDO PEIRANO COUTELLE	E-mail: pcoutelle@gmail.com
RNP: 2205775405	Título: Engenheiro Civil	
Empresa: NENHUMA EMPRESA		Nr.Reg.:

Contratante

Nome: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	E-mail:
Endereço: AVENIDA BORGES DE MEDEIROS 456	Telefone: 0
Cidade: SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	Bairro.: CENTRO
	CPF/CNPJ: 88814199000132
	CEP: 95500000 UF: RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	
Endereço da Obra/Serviço: AV BORGES DE MEDEIROS, 456 456	CPF/CNPJ: 88814199000132
Cidade: SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	Bairro: CENTRO
Finalidade: OUTRAS FINALIDADES	Vlr Contrato(R\$): 61.192,92
Data Início: 11/06/2019	Prev.Fim: 11/06/2020
	Honorários(R\$):
	Ent.Classe: AEAP

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Projeto	Instalações - Elétricas em Baixa Tensão (1000 V)	650,00	M²
Orçamento	Instalações - Elétricas em Baixa Tensão (1000 V)	650,00	M²
Fiscalização	Instalações - Elétricas em Baixa Tensão (1000 V)	650,00	M²
Observações	INSTALAÇÃO ELÉTRICA APARENTE , PRÉDIO ANTIGO PREFEITURA MUN.		

ART registrada (paga) no CREA-RS em 25/06/2019

	Declaro serem verdadeiras as informações acima	De acordo
_____ Local e Data	_____ PAULO EDUARDO PEIRANO COUTELLE	_____ MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
	Profissional	Contratante

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODERÁ SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK CIDADÃO - ART CONSULTA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS N.º _____/2020.

Celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 88.814.199/0001-32, com sede de sua Prefeitura na Av. Borges de Medeiros, n.º 456, representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. DAIÇON MACIEL DA SILVA**, brasileiro, engenheiro civil, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 105.119.620-53, portador da R.G n.º 615457127, residente e domiciliado na Rua Mauricio Cardoso, n.º. 083, Bairro Cidade Alta, neste Município, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, na cidade de _____, por seu representante legal Sr.(a) _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, portador da C.I. n.º _____, expedida por _____, residente e domiciliado na _____, na cidade de _____, neste ato denominado de **CONTRATADA**, em conformidade com o Processo Licitatório na Modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº. 017/2020**, a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de materiais destinados a reforma elétrica e cobertura do prédio onde situa-se o Gabinete do Vice-Prefeito, Departamento de Compras e demais Secretarias/setores, conforme solicitado através do Memorando n.º.287/20 –SEMAF de 30 de julho de 2020 e Termo de Pedido de Compra n.º. 2020/1138 de 03 de agosto de 2020.

1.1 - Especificações do Objeto:

1.1.1- A respectiva obra será executada de forma indireta, no regime de empreitada por preço global.

1.1.2- A execução dos serviços obedecerá ao projeto. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações, visando melhorias, só será admitida com autorização da fiscalização por escrito e em duas vias.

1.1.3- Poderá a fiscalização paralisar os serviços ou mesmo mandar refazê-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica

1.1.4- A empresa contratada deverá fornecer todos os equipamentos e mão de obra, necessários à realização dos serviços, inclusive veículo para transporte de entulhos e demais ferramentas necessárias à execução dos serviços.

1.1.5- No prazo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, deverá a contratada apresentar garantia, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1º, I, II e III, da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA - O recebimento do objeto do presente contrato dar-se-á da seguinte forma:

2.1 Provisoriamente, pelo Engenheiro Paulo Eduardo Peirano Coutelle, responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado (Laudo Técnico de Vistoria), assinado pelas partes, dentro de 10 (dez) dias da comunicação por escrito da CONTRATADA.

2.2 Definitivamente, pelo Engenheiro Paulo Eduardo Peirano Coutelle, designado pela autoridade superior competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que será de 30(trinta) dias, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

2.3 O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética-profissional, pela perfeita execução do contrato.

2.4 A CONTRATANTE rejeitará no todo ou em parte, a obra ou serviço, que estiver em desacordo com o edital licitatório, seus anexos e respectivo contrato, ou que demonstre qualquer anormalidade (defeito e avarias) na sua execução.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

2.5 A fiscalização da respectiva obra e do contrato será realizada pelo Engenheiro **Paulo Eduardo Peirano Coutelle, designado através da portaria nº 1.682 de 30 de julho de 2020.**

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor contratual é de R\$ _____
(_____), sendo que R\$ _____ (_____)
corresponde às despesas com materiais e R\$ _____ (_____)
corresponde com as despesas com mão de obra.

CLÁUSULA QUARTA – O pagamento da prestação dos serviços, objeto deste contrato, dar-se-á em moeda corrente vigente no País, da seguinte forma:

4.1- O pagamento da prestação dos serviços, objeto deste contrato, dar-se-á em moeda corrente vigente no País, da seguinte forma:

4.1.1- Efetivado por 4 (quatro) parcelas, correspondentes aos serviços estabelecidos para execução, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, que será efetuado em até 15(quinze) dias após o término de cada etapa.

4.2- O respectivo pagamento somente será liberado para quitação, 15 (quinze) dias após o término de cada etapa dos serviços, mediante autorização por escrito – **LAUDO TÉCNICO** – emitido pela **CONTRATANTE**, através do Engenheiro Paulo Eduardo Peirano Coutelle responsável por seu acompanhamento e fiscalização, obedecendo ao critério mensal de medição. A fatura deverá vir acompanhada da última CND da RF e Contribuições Sociais e prova de regularidade junto ao FGTS; bem como relatório SEFIP/GFIP do mês da cobrança e respectivo comprovante de quitação.

4.3- A fatura relativa aos serviços executados pela **CONTRATADA** deverá conter as quantidades e valores de todos os serviços executados, devendo constar, obrigatoriamente, no corpo das Notas Fiscais o seguinte: **TOMADA DE PREÇOS Nº. 017/2020**, e o nº. do empenho prévio, emitido por esta Prefeitura, referente a esta obra, os dados bancários para depósito (pessoa jurídica), bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais no verso da Nota Fiscal.

4.4- O CNPJ da **CONTRATADA** constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

4.5- Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a **CONTRATANTE**, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

4.6- A **CONTRATANTE** não efetuará nenhum pagamento a **CONTRATADA**, caso este, em que a mesma tenha sido multada, antes de ter sido paga a multa.

4.7- A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a **CONTRATADA** comprove documentalmente, a regularidade fiscal por meio da CND da RF e Contribuições Sociais, FGTS e relatório SEFIP/GFIP do mês da cobrança e respectivo comprovante de quitação, relativos a todos os empregados vinculados aos serviços contratados. A fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte da **CONTRATADA** será realizada através de servidor designado no setor de Contabilidade.

4.8- O valor contratado será reajustado, após 01(um) ano da vigência, pelo índice acumulado da variação do IGP-M/FGV.

CLÁUSULA QUINTA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

SUB-FUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: 0118 - Qualificação da Gestão Administrativa e Tributária

PROJETO: 1057 - Ampliação e Melhorias das Instalações Administrativas

DESPESA: 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES (110)

RUBRICA: 44905199000000 - OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES

CLÁUSULA SEXTA - É de responsabilidade do CONTRATANTE:

6.1- Efetuar o pagamento conforme determinado na cláusula terceira.

6.2- A fiscalização dos serviços contratados, para exigir o fiel cumprimento do objeto contratual.

6.3- A fiscalização do cumprimento da prestação dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas devidos aos seus empregados, dar-se-á através do Setor de Contabilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - É de responsabilidade da CONTRATADA:

7.1- No momento da assinatura do contrato a empresa deverá apresentar a relação dos funcionários envolvidos na execução da obra, com a indicação do supervisor responsável pelos funcionários, obrigando-se a mantê-la atualizada durante a vigência do contrato.

7.2- Dos termos do contrato a serem firmados:

7.2.1- O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 120 (cento e vinte) dias contados da data de recebimento da ordem de serviço por parte da empresa contratada, podendo ser prorrogado o prazo a critério da contratante, mais 40 dias corridos até seu recebimento definitivo.

7.2.2- A empresa deverá consignar garantia da construção de 05 (CINCO) anos, conforme previsto no art. 27 da Lei nº.8.078 de 11/09/90 – Código do Consumidor combinado com o art. 618 da Lei 10.406 de 10/01/2002 – Código Civil.

7.2.3- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento com base nos artigos 77 a 80 da Lei nº.8.666/93.

7.2.4- A LICITANTE VENCEDORA ao ser convocada para assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação.

7.2.5- No prazo de 05(cinco) dias após a assinatura do contrato deverá a contratada apresentar garantia, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1º, I, II e III, da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.

7.3- DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.3.1- Substituir no prazo máximo de uma semana, pessoa sob a sua responsabilidade, que esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos.

7.3.2- Refazer quaisquer obras e serviços, ou, substituir materiais executados ou fornecidos com defeitos, avarias ou em desobediência às Normas Técnicas Vigentes, às suas expensas, desde que, atestado pela Fiscalização do Município, que registrará o fato no Diário de Obras, e determinará as providências cabíveis no caso.

7.3.3- Remover durante e após a conclusão dos trabalhos, entulhos, restos de materiais e lixos de qualquer natureza, provenientes da obra ou serviços, objeto da presente licitação.

7.3.4- Cumprir e fazer cumprir, todas as normas Federais, Estaduais e Municipais regulamentadoras, sobre medicina e segurança de trabalho de seus empregados, bem como, assumir todas as responsabilidades decorrentes da relação de trabalho, tais como, os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas.

7.3.5- Reservar em seu canteiro de obras, instalações para uso da fiscalização da CONTRATANTE, devendo estas instalações, ser submetidas à aprovação desta, se necessário assegurando à mesma o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

acompanhamento do responsável pela obra e o fornecimento de todas as informações requeridas, bem como, acesso seguro a todos os locais da obra.

7.3.6- Sinalizar e iluminar convenientemente, às suas expensas, os trechos de execução da obra ou serviço, objeto desta licitação, de acordo com as Especificações Técnicas e Normas Brasileiras, vigentes, bem como, as em vigor no Município.

7.3.7- Colocar, às suas expensas, nos lugares de execução das obras ou serviços, em locais visíveis, desde a instalação do canteiro, 02(duas) placas com dizeres e dimensões, de acordo com o modelo fornecido pelo Município, as quais, no término das obras passarão à propriedade deste Município e deverão ser recolhidas ao depósito da Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança.

7.3.8- Reservar em sua sede, local para o acompanhamento e fiscalização dos serviços pelos Engenheiros/Arquitetos indicados pela CONTRATANTE.

7.3.9- Tomar todas as providências relativas às máquinas, equipamentos e transportes necessários à execução da obra.

7.3.10- Efetuar o pagamento de todos os impostos, diretos e indiretos referentes à execução da obra.

7.3.11- Manter no Diário de Obras, registros de todas as ocorrências da obra, relativas a serviços, prazos, pessoal, maquinários, comunicações entre as partes e demais fatos que se fizerem necessários, atualizados dia a dia.

7.3.12- Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela CONTRATADA à CONTRATANTE, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio dos Engenheiros ou Arquitetas, fiscais indicados pelo Município.

7.3.13- Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade, especialmente, aos referentes aos bens objetos desta licitação.

7.3.14- Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação.

7.3.15- Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização da CONTRATANTE.

7.3.16- Não transferir a terceiros no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, bem como, do contrato a ser firmado entre as partes.

7.3.17- Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual.

7.3.18- Manter no local da obra ou serviço, o responsável técnico, legalmente habilitado e de comprovada experiência na execução de obras ou serviços, similar ao do objeto da presente licitação.

7.3.19- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados, sem ônus a CONTRATANTE.

7.3.20- O representante da CONTRATANTE anotar em livro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados. As decisões ou providências que ultrapassem a sua competência serão solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

7.3.21- Registrar o serviço da empreitada no CREA, em observância ao disposto na Lei Nº. 6.496, de 07 de dezembro de 1977, da área a ser ampliada.

7.3.22- A contratante deverá colocar no local da obra, placas informativas, orientando a comunidade quanto à execução da mesma.

7.3.23- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

7.3.24- Aceitar nas mesmas condições contratuais supressões até 25% (vinte e cinco por cento), e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

CLÁUSULA OITAVA – O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 40 (QUARENTA) dias até seu recebimento definitivo, contados da data de recebimento da ordem de serviço por parte da empresa contratada.

8.1 - A empresa deverá consignar garantia da obra de 05 (CINCO) anos, conforme previsto no art. 618 do Código Civil.

8.2- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento com base nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

8.3- A LICITANTE VENCEDORA ao ser convocada para assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se, no prazo máximo de 03(três) dias úteis sob pena de decair o direito à contratação.

8.4- A rescisão das obrigações decorrentes deste Convite se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

CLÁUSULA NONA – Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá decidir pela RESCISÃO CONTRATUAL, independentemente das seguintes penalidades.

9.1- Multa de 0,5% (meio por cento) do valor atualizado do contrato, por dia de atraso, na entrega do objeto, limitado esta a 05(cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual;

9.2- Multa de 8 % (oito por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 01 (um) ano.

9.3 - Multa de 10 % (dez por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.4- A Inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais aplicáveis, de acordo com Art. 87 da 8.666/93. Constituem também motivos para a rescisão do contrato os arrolados no art. 78 da mesma Lei.

9.5- A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.6 - Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multada antes de paga a multa.

9.7- Causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual, reparação do dano, declaração de idoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município e multa de 10% do valor atualizado do contrato.

9.8- As penalidades da contratada serão registradas no cadastro dos fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações.

9.9- Da aplicação das penas definidas nos itens 9.1, 9.2, 9.3 e 9.7 do item oitavo, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis contados da intimação.

9-10- A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será exigida ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA - A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis. Constituem, também, motivos para a rescisão do presente contrato os arrolados no art. 78 da Lei 8.666/93. Quando a rescisão for por interesse público, o **CONTRATANTE**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

avisará à **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 15 dias, sem que ao mesmo caiba quaisquer indenizações, resguardo o pagamento pelos serviços já executados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Em caso de atraso no pagamento, o **CONTRATANTE** pagará juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório na Modalidade de **TOMADA DE PREÇOS N.º 017/2020** e a proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Aplica-se ao presente contrato a Lei 8.666/93 e nos casos omissos a Legislação Civil em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As partes contratantes elegem o Foro da comarca de Santo Antônio da Patrulha para solucionar todas as questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio da Patrulha, _____ de _____ de 2020.

DAIÇON MACIEL DA SILVA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome

Nome

Responsável pela fiscalização:

Eng. Paulo Eduardo Peirano Coutelle